

A historicidade dos modos de sofrer: crítica historiográfica, literatura e clínica fenomenológico-existencial

The historicity of modes of suffering: historiographical critique, literature, and phenomenological-existential clinical practice

Eduardo Leocadio Teixeira
Rio de Janeiro, Brasil

Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial (IFEN)
Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Resumo

Este artigo investiga a relevância da história das mentalidades, da crítica historiográfica à evidência, da literatura e da clínica fenomenológico-existencial para a compreensão contemporânea do sofrimento humano. A partir da ruptura epistemológica promovida pela Escola dos Annales em relação ao modelo positivista, discute-se como a historicidade das formas de sentir, pensar e existir possibilita compreender o sofrimento para além de perspectivas universalizantes ou estritamente individualizantes. Argumenta-se que experiências humanas não podem ser reduzidas a categorias abstratas, pois emergem em configurações históricas específicas. Nesse contexto, a obra de Ana Maria Feijoo destaca-se ao reposicionar a clínica como espaço de escuta da existência em sua singularidade histórica. A literatura é abordada como campo privilegiado de acesso às tonalidades da experiência humana. Por fim, o artigo analisa o impacto da era digital na constituição de novas formas de sofrimento, ressaltando a necessidade de uma escuta clínica historicamente situada.

Palavras-chave

História das mentalidades; sofrimento; clínica fenomenológico-existencial; historicidade; literatura

Abstract

This article examines the relevance of the history of mentalities, historiographical critique of evidence, literature, and phenomenological-existential clinical practice for understanding contemporary human suffering. Drawing on the epistemological rupture of the Annales School, it argues that experiences such as suffering and suicide must be understood within historically constituted frameworks rather than as universal or purely individual phenomena. The analysis shows that human experiences emerge within specific social, symbolic, and historical configurations. Within this perspective, Ana Maria Feijoo's work is highlighted for repositioning clinical practice as a space for rigorous listening to existence in its historical singularity. Literature is approached as a field that preserves dimensions of experience often exceeding technical

discourse. Finally, the article reflects on the impact of the digital era—marked by social networks and hyperexposure—on new forms of suffering, emphasizing the need for historically situated clinical understanding.

Keywords

History of mentalities; suffering; phenomenological-existential clinic; historicity; literature

Introdução

Compreender o sofrimento humano permanece como uma das tarefas mais complexas e urgentes das ciências humanas, da filosofia e da clínica contemporânea. Em uma época marcada por profundas transformações tecnológicas, intensificação dos fluxos informacionais, reconfiguração dos laços sociais e produção incessante de modos normativos de existência, torna-se cada vez mais insuficiente pensar a dor psíquica, o desespero e as experiências-limite apenas sob perspectivas individualizantes, biologizantes ou estritamente diagnósticas. O sofrimento, quando reduzido a categoria abstrata ou entidade clínica isolada, corre o risco de ser descontextualizado das tramas históricas, culturais e simbólicas que participam decisivamente de sua constituição. Interrogar o sofrimento exige, portanto, recolocá-lo no horizonte mais amplo da historicidade.

É precisamente nesse ponto que a crítica epistemológica produzida pela história das mentalidades oferece contribuição decisiva. A partir da ruptura com o modelo positivista de transparência factual, consolidado na tradição rankeana, a historiografia do século XX — especialmente com Marc Bloch, Lucien Febvre e, posteriormente, Jacques Le Goff — tornou possível deslocar o olhar dos acontecimentos evidentes para as estruturas históricas profundas que configuram formas de sensibilidade, modos de pensar e regimes de experiência. Esse deslocamento inaugura uma questão fundamental: aquilo que uma época reconhece como sofrimento, desespero, normalidade ou desvio não emerge de maneira neutra ou universal, mas se inscreve em campos históricos específicos. O humano não sofre fora do tempo; sofre sempre em mundos historicamente constituídos.

Essa perspectiva permite reconsiderar, sob nova densidade, experiências extremas como o suicídio. Longe de constituir fenômeno de sentido invariável, a morte voluntária revela-se historicamente modulada por diferentes concepções de pessoa, moralidade, liberdade, honra, pecado e pertencimento. Georges Minois, Philippe Ariès e Émile Durkheim, cada qual em registros distintos, demonstram que tanto o sofrimento quanto suas expressões mais radicais exigem compreensão para além da interioridade isolada. Ao reconhecer a historicidade das formas de padecimento, abre-se espaço para uma leitura mais rigorosa da experiência humana, capaz de articular subjetividade, cultura e tempo histórico.

No interior desse debate, a clínica fenomenológico-existencial comparece como campo privilegiado para recolocar a questão do sofrimento em sua complexidade própria. A contribuição de Ana Maria Feijoo torna-se particularmente relevante ao insistir que a clínica não pode se limitar à classificação de sintomas nem à adequação do existente a categorias prévias, mas deve sustentar abertura ao aparecer singular da existência em seu mundo. Sua reflexão, profundamente atravessada pela fenomenologia, pela hermenêutica e pela crítica à subjetividade moderna, permite compreender que a dor humana não comparece como objeto isolável, mas como modo de ser historicamente situado. Escutar clinicamente implica, assim, acolher não apenas uma narrativa individual, mas os atravessamentos históricos, linguísticos e culturais que constituem a experiência.

A literatura, nesse contexto, adquire importância singular. Enquanto expressão privilegiada das tonalidades históricas da existência, ela preserva modos de sofrimento, conflito, desejo e desamparo frequentemente inapreensíveis por discursos exclusivamente técnicos. Em interlocução com a história e a clínica, a literatura amplia o campo compreensivo ao revelar, por vias narrativas e simbólicas, experiências que iluminam a condição humana em diferentes épocas. Sua contribuição não reside em oferecer respostas diagnósticas, mas em aprofundar a inteligibilidade do existir.

O presente artigo orienta-se pela compreensão de que a escuta clínica contemporânea do sofrimento humano pode ampliar seu rigor quando articulada à história das mentalidades, à crítica da evidência, à literatura e à fenomenologia existencial. Mais do que propor uma síntese interdisciplinar, busca-se sustentar uma exigência epistemológica e clínica: compreender o sofrimento como experiência histórica, narrativa e existencialmente situada. Ao longo deste percurso, procura-se explicitar que a historicização da experiência não constitui mero recurso teórico, mas condição decisiva para uma escuta clínica mais atenta às formas contemporâneas de padecimento, sobretudo em um cenário no qual tecnologias digitais, redes sociais e economias da atenção reconfiguram modos de subjetivação, vulnerabilidade e desamparo.

Refletir sobre história, sofrimento e clínica, nesse horizonte, não significa afastar-se da singularidade do existente, mas justamente criar condições para compreendê-la de maneira

mais profunda. Em tempos de aceleração, hipereposição e crescente patologização da vida, pensar historicamente o sofrimento torna-se tarefa indispensável para qualquer prática clínica comprometida não apenas com a nomeação da dor, mas com o compreender mais radical das condições que a tornam possível em nosso tempo.

História das mentalidades e crítica da evidência

A constituição da história das mentalidades inscreve-se, antes de tudo, em um movimento de crítica dirigido àquilo que, durante longo período, permaneceu como uma das mais sólidas evidências do pensamento historiográfico moderno: a convicção de que o passado se ofereceria ao historiador como realidade transparente, passível de recuperação objetiva mediante o rigor da análise documental. Nesse contexto, encontra em Leopold von Ranke uma de suas formulações paradigmáticas. Ao afirmar, no prefácio de *Histórias dos Povos Latinos e Germânicos de 1494 a 1514*, que a tarefa da história consistiria em narrar o passado “*wie es eigentlich gewesen*” — isto é, “tal como efetivamente ocorreu” (Ranke, 2010, p. 57) —, Ranke não apenas propõe um procedimento metodológico, mas consolida uma determinada confiança epistemológica: a de que a realidade histórica poderia ser acessada em sua integridade por meio da fidelidade às fontes.

Esse ideal de objetividade, fundamental para a consolidação científica da historiografia moderna, representou um avanço decisivo em relação às narrativas especulativas ou puramente moralizantes. Contudo, sua força metodológica sustentava, simultaneamente, um limite profundo: a suposição de que os fatos históricos possuíam evidência própria, como se sua inteligibilidade estivesse garantida pela documentação e como se o trabalho do historiador pudesse se restringir à restituição do acontecido. Nessa configuração, a história privilegiou, em larga medida, acontecimentos políticos, instituições, guerras, tratados e figuras consideradas exemplares, concentrando-se na exterioridade dos eventos e na visibilidade do poder. A experiência humana aparecia, predominantemente, sob a forma daquilo que se tornava documentalmente reconhecível.

De fato, essa confiança na evidência que será progressivamente interrogada ao longo do século XX. A ruptura não consistirá na simples substituição de objetos, mas em uma transformação muito mais radical: a crítica à própria transparência do fato histórico. A fundação, em 1929, da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, por Lucien Febvre e Marc Bloch, marca simbolicamente esse deslocamento. Mais do que inaugurar uma nova escola historiográfica, os *Annales* instituem uma reorientação do olhar histórico. A questão deixa de se concentrar exclusivamente no acontecimento manifesto para voltar-se às estruturas de longa duração, às formas coletivas de sensibilidade, às práticas cotidianas, aos sistemas simbólicos e às condições profundas que tornam determinadas experiências possíveis.

Nesse novo horizonte, a história não mais se limita a perguntar “o que aconteceu?”, mas passa a interrogar sob quais condições algo pôde ser vivido, pensado ou reconhecido em determinada época. A crítica da evidência consiste justamente nesse deslocamento: aquilo que parecia natural, imediato ou universal torna-se objeto de problematização. Lucien Febvre, ao introduzir a noção de “equipamento mental”, explicita que cada tempo histórico dispõe de estruturas próprias de percepção e inteligibilidade (Febvre, 1989, p. 112). Marc Bloch, nesse sentido, demonstra que a compreensão histórica exige romper com a ilusão de que o presente constitui medida suficiente para interpretar outras formas de existência (Bloch, 2001, p. 65). A consequência dessa inflexão é decisiva: o humano deixa de ser apreendido apenas em sua dimensão factual para ser considerado em sua espessura histórica.

A importância da revista *Annales* reside, portanto, não apenas na ampliação temática da historiografia, mas na introdução de uma suspeita metodológica fundamental: a de que a evidência, longe de ser ponto de partida neutro, já se encontra atravessada por formas historicamente determinadas de visibilidade. O que uma época reconhece como central, legítimo ou sequer perceptível depende de configurações específicas de pensamento. A história das mentalidades emerge exatamente nesse ponto, ao buscar compreender as estruturas silenciosas que organizam modos de sentir, imaginar e interpretar o mundo.

Jacques Le Goff aprofundará posteriormente essa perspectiva ao mostrar que as mentalidades operam como camadas históricas profundas, frequentemente menos visíveis que os acontecimentos políticos, mas não menos determinantes para a constituição da experiência (Le Goff, 1990, p. 84). O interesse historiográfico desloca-se, assim, da evidência imediata para os regimes de sensibilidade. Não se trata mais apenas de narrar fatos, mas de compreender as condições históricas que delimitam o campo do pensável e do experienciável.

Uma passagem de Febvre ilustra com particular rigor essa inflexão:

“Organizar o passado em função do presente: tal poderia ser a definição da história. Não uma fotografia objetiva de fatos mortos, mas uma reconstrução problemática, sempre conduzida a partir das questões que os vivos dirigem aos vestígios” (Febvre, 1989, p. 32).

Essa formulação possui alcance que ultrapassa a própria historiografia. Ao colocar sob suspeita a transparência da evidência, a história das mentalidades inaugura uma exigência epistemológica mais ampla: toda experiência humana precisa ser interrogada em suas condições de possibilidade. O que se apresenta como natural pode ser historicamente produzido; o que parece universal pode ser contingente; o que surge como evidente pode depender de determinadas formas de visibilidade.

Nessa perspectiva que a história das mentalidades adquire relevância decisiva para campos voltados à compreensão da experiência humana. Ao deslocar o olhar da superfície factual para as condições históricas de aparecimento, ela

introduz uma contribuição fundamental: a necessidade de interrogar não apenas os fenômenos, mas os horizontes que os tornam reconhecíveis. Tal deslocamento, longe de se restringir ao campo historiográfico, abre um espaço decisivo para investigações que tomam a existência humana como questão, especialmente quando se busca compreender como determinadas experiências adquirem forma, linguagem e inteligibilidade em diferentes configurações históricas.

Sofrimento, suicídio e historicidade

A reorientação historiográfica introduzida pela história das mentalidades tornou possível uma compreensão mais rigorosa de experiências humanas que, durante longo tempo, foram frequentemente concebidas como realidades universais, naturais ou restritas à esfera individual. Entre essas experiências, o sofrimento extremo e o suicídio adquirem relevância singular. Ao deslocar a investigação da mera sucessão dos acontecimentos para as condições históricas que configuram formas de sensibilidade, percepção e existência, esse campo abriu espaço para reconhecer que o sofrimento humano não se apresenta como dado antropológico fixo, independente do tempo, mas como experiência cuja inteligibilidade se constitui em relação a estruturas históricas específicas. Lucien Febvre, ao destacar que cada época dispõe de seu próprio “equipamento mental” (Febvre, *Combates pela história*, 1989, p. 112), evidencia que modos de sentir, interpretar e significar a dor são inseparáveis dos horizontes culturais que os tornam possíveis. Jacques Le Goff, por sua vez, ao compreender as mentalidades como camadas profundas da experiência coletiva (Le Goff, *História e memória*, 1990, p. 84), reforça que aquilo que uma sociedade reconhece como sofrimento, desespero ou ruptura depende de configurações históricas determinadas. Sob esse prisma, sofrimento e suicídio deixam de ser apreendidos como expressões invariáveis da condição humana para serem compreendidos em sua historicidade própria, isto é, como experiências atravessadas por formas simbólicas e culturais que delimitam, em cada época, seus modos de aparecimento e significação.

Nesse horizonte, a obra de Georges Minois ocupa lugar central. Em *História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*, o autor demonstra que o suicídio não constitui uma realidade homogênea ao longo do tempo, mas um fenômeno profundamente atravessado pelas mutações históricas das concepções de sujeito, dignidade, pecado, honra, liberdade e sofrimento. Sua afirmação de que “o suicídio não possui um sentido único através do tempo” (Minois, 1999, p. 17) não se restringe a uma observação sobre variações interpretativas; trata-se de uma proposição epistemologicamente mais radical, pois explicita que a própria possibilidade de pensar a morte voluntária modifica-se conforme os regimes históricos de sentido. Em determinadas formações culturais, o suicídio pôde aparecer como gesto de honra; em outras, como pecado; em outras ainda, como patologia. Tal variabilidade revela que o sofrimento que o acompanha jamais comparece fora dos

enquadramentos históricos que o tornam nomeável, inteligível ou condenável.

A relevância dessa perspectiva reside precisamente em romper com toda tentativa de naturalização. Ao historicizar o suicídio, Minois não relativiza sua gravidade, mas demonstra que a relação entre sofrimento e autodestruição não pode ser reduzida a uma causalidade abstrata ou a uma essência psicológica fixa. Como observa o autor:

“Cada civilização constrói sua própria leitura do suicídio, de acordo com sua visão da pessoa humana, de sua relação com Deus, com a cidade ou consigo mesma. Não existe suicídio em si; existem formas históricas de compreender e viver a morte voluntária” (Minois, História do suicídio, 1999, p. 18).

A força dessa formulação está em evidenciar que aquilo que frequentemente se apresenta como ato puramente individual encontra-se inscrito em um campo muito mais amplo, no qual valores, interditos, narrativas morais e estruturas de pertencimento delimitam as possibilidades do agir. O suicídio, sob essa perspectiva, torna-se índice privilegiado não apenas de uma crise subjetiva, mas das formas historicamente situadas pelas quais a existência se torna vivível ou insuportável.

Philippe Ariès, em *História da morte no Ocidente*, desenvolve raciocínio convergente ao mostrar que a morte, longe de constituir experiência estática, sofre profundas reconfigurações culturais. Sua investigação demonstra que até mesmo aquilo que parece biologicamente inevitável é vivido segundo regimes históricos específicos de sensibilidade. A morte domesticada medieval, a dramatização barroca e a medicalização moderna não representam apenas mudanças de costumes, mas transformações profundas no modo como a finitude é simbolicamente integrada à vida coletiva (Ariès, 1978, p. 25–54).

Émile Durkheim ocupa posição decisiva nesse debate ao introduzir, em *O suicídio*, uma leitura que inscreve a morte voluntária no campo das condições sociais historicamente configuradas. Situado em horizonte teórico distinto da história das mentalidades e da fenomenologia, seu trabalho produz, ainda assim, uma inflexão importante ao demonstrar que mesmo um ato frequentemente associado à esfera mais íntima da existência pode ser interrogado a partir de regularidades coletivas. Ao afirmar que “cada sociedade tem, em cada momento de sua história, uma aptidão definida para o suicídio” (Durkheim, 2000, p. 39), o autor desloca o debate para além de interpretações exclusivamente centradas em juízos morais ou disposições individuais, inserindo-o em uma análise das formas de integração, pertencimento e organização social. Sua perspectiva sociológica e estatística não coincide com uma compreensão fenomenológico-existencial da experiência, mas sua relevância permanece significativa por evidenciar que os modos pelos quais o sofrimento extremo se expressa também se articulam às configurações coletivas de uma época. Com isso, Durkheim contribui para ampliar o campo de inteligibilidade do sofrimento humano ao indicar

que experiências subjetivas podem ser pensadas em interlocução com estruturas sociais mais amplas, cuja incidência histórica participa da tessitura da existência.

A passagem da história política para a história das sensibilidades ampliou de maneira decisiva o horizonte de compreensão de experiências como sofrimento e suicídio, permitindo que fossem reconhecidas em sua espessura histórica. Com essa inflexão, a atenção historiográfica voltou-se aos acontecimentos, às instituições e, igualmente, às formas de sentir, perceber e interpretar a existência em diferentes épocas. Nesse contexto, a compreensão do humano adquire densidade mais ampla, uma vez que sofrer passa a ser considerado em relação aos modos historicamente configurados pelos quais uma época organiza experiências de dor, desamparo, pertencimento, ruptura e relação com o mundo. A experiência do sofrimento comparece, assim, vinculada a formas específicas de linguagem, sensibilidade e inteligibilidade, inscritas em configurações culturais e simbólicas que participam da maneira como cada existente se percebe, nomeia sua dor e sustenta sua relação consigo, com os outros e com seu tempo histórico.

Tal reconhecimento adquire urgência singular quando situado no horizonte contemporâneo, marcado pela expansão tecnológica, pela ubiquidade das redes sociais e pela intensificação inédita dos fluxos informacionais. Se outras épocas foram estruturadas por instituições religiosas, morais ou políticas mais centralizadas, o presente histórico introduz uma modulação distinta: algoritmos, plataformas digitais, economias da atenção e circulação incessante de imagens passaram a operar como dispositivos decisivos na constituição de sensibilidades, expectativas e formas de sofrimento. Notícias, discursos, crises globais, performances de sucesso, narrativas de fracasso e regimes comparativos circulam em velocidade contínua, penetrando o cotidiano e configurando novas formas de experiência de si. No cenário contemporâneo, o sofrimento emerge em meio a dinâmicas que ultrapassam a esfera da interioridade isolada, configurando-se também nas formas de exposição contínua aos regimes digitais de visibilidade, comparação e aceleração.

Desse modo, a historicidade apresenta-se como via indispensável tanto para a compreensão do passado quanto para a interpretação crítica do presente. Na era tecnológica, o sofrimento humano passa a ser atravessado por novas formas de mediação simbólica: o excesso de informação, a estetização da vida, a hiperexposição ao sofrimento alheio, a normatização algorítmica dos modos de existir e a pressão contínua por desempenho reconfiguram experiências de angústia, inadequação e desamparo. A clínica contemporânea encontra, assim, sujeitos cuja dor frequentemente emerge em um mundo no qual o reconhecimento de si se vê tensionado por padrões digitais incessantes. Compreender esse cenário exige reconhecer que o momento histórico atual produz não apenas novas tecnologias, mas novas modalidades de vulnerabilidade existencial. Nesse sentido, pensar sofrimento, suicídio e historicidade na atualidade significa

também interrogar criticamente como o universo digital participa da produção dos modos contemporâneos de padecimento — questão decisiva para qualquer escuta clínica que pretenda compreender, com rigor, o sofrimento humano em seu tempo.

História, literatura e clínica fenomenológico-existencial

A partir da crítica historiográfica dirigida às pretensões de transparência do saber e da compreensão da historicidade do sofrimento, a contribuição de Ana Maria Feijoo adquire relevância singular ao recolocar a clínica como exercício rigoroso de abertura ao modo de aparecer da existência, em vez de reduzi-la a uma técnica de enquadramento. Sua obra desloca a prática clínica de uma racionalidade centrada na identificação de quadros nosológicos para uma escuta que busca compreender como o sofrimento se constitui no entrelaçamento entre mundo, linguagem, tempo e singularidade. Em *Clínica fenomenológico-existencial*, Feijoo insiste que o sofrimento não pode ser reduzido a uma entidade previamente delimitada pelo discurso diagnóstico, pois “o sofrimento comparece como expressão do modo como o existente se encontra lançado em sua relação com o mundo, e não como objeto isolável para classificação” (Feijoo, 2011, p. 94). A relevância dessa formulação encontra-se precisamente no fato de reinscrever a clínica em uma perspectiva ontológica, na qual a questão fundamental deixa de ser “qual transtorno está presente?” para tornar-se “como este existente vive, significa e sustenta sua própria experiência?”.

Essa inflexão exige do clínico uma transformação metodológica e ética. Em *Escuta e fala em psicoterapia*, Feijoo explicita que a escuta fenomenológico-existencial não visa confirmar hipóteses previamente constituídas, mas suspender a ânsia explicativa para acolher a emergência do fenômeno: “Escutar, nessa perspectiva, é deixar que a fala do outro possa aparecer em sua própria medida, antes de ser capturada por categorias que antecipam seu sentido” (Feijoo, 2017, p. 63). A clínica, nesse registro, aproxima-se de uma hermenêutica da existência, não porque interprete arbitrariamente, mas porque reconhece que toda experiência humana já comparece atravessada por horizontes históricos de sentido. A escuta torna-se, assim, exercício de atenção ao modo como uma vida se narra, se oculta, se fragmenta ou se torna silenciosa.

É precisamente nesse ponto que a articulação entre história, literatura e clínica ganha densidade decisiva. Em *Existência para além do sujeito*, Feijoo recusa a compreensão moderna do sujeito como interioridade autônoma, destacando que o existir humano se dá sempre em relação a mundos históricos compartilhados, marcados por discursos, instituições e linguagens que antecedem o indivíduo (Feijoo, 2019, p. 41–47). Isso significa que o sofrimento escutado na clínica nunca pertence exclusivamente a uma interioridade privada; ele traz consigo marcas de época, ideais normativos, narrativas sociais, modos de reconhecimento e silenciamento. A clínica, portanto, não pode prescindir de uma sensibilidade

histórica. Escutar alguém em sofrimento implica reconhecer também o tempo histórico que o atravessa.

Sob essa perspectiva, a literatura comparece não como ornamento cultural ou ilustração periférica, mas como campo privilegiado de acesso às tonalidades históricas da existência. A própria Feijoo, ao recorrer reiteradamente a narrativas, imagens poéticas e expressões culturais como vias de aproximação do existir, sustenta que a compreensão clínica não se restringe aos discursos técnico-científicos. Em *Escuta e fala em psicoterapia*, ao discutir linguagem e experiência, a autora observa que certos modos de sofrer só encontram expressão indireta, metafórica ou narrativa, uma vez que a experiência excede frequentemente os limites da linguagem objetiva (Feijoo, 2017, p. 118–121). A literatura, nesse sentido, amplia o campo clínico porque oferece acesso a formas de experiência histórica sedimentadas em narrativas, dramas e figurações existenciais que frequentemente escapam ao vocabulário psicológico convencional.

Essa compreensão encontra ressonância importante em Paul Ricoeur, cuja reflexão sobre narrativa e temporalidade oferece fundamento robusto para essa articulação. Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur afirma que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de modo narrativo” (Ricoeur, 1994, p. 85). Literatura e história, ainda que distintas em seus regimes de verdade, partilham a capacidade de configurar mundos de experiência e tornar inteligíveis formas de vida. A literatura preserva, dramatiza e revela experiências históricas de sofrimento, desejo, perda, marginalização e desamparo que frequentemente antecedem ou excedem sua formalização clínica. Sua relevância para a clínica contemporânea reside justamente nisso: permitir ao clínico uma ampliação de seu horizonte compreensivo, tornando-o mais atento às formas históricas e simbólicas pelas quais a dor humana se expressa.

No cenário contemporâneo, essa articulação adquire urgência ampliada. A era digital introduz novas formas de historicidade, nas quais redes sociais, fluxos informacionais contínuos e regimes algorítmicos participam ativamente da constituição de modos de ser. Byung-Chul Han observa que a sociedade atual produz formas específicas de sofrimento vinculadas ao excesso de exposição, desempenho e autoexploração (Han, 2017, p. 11–23). O sofrimento deixa de se inscrever apenas em instituições disciplinares clássicas e passa a emergir também em dinâmicas de visibilidade constante, comparação incessante e produção performática de si. A clínica fenomenológico-existencial, diante desse cenário, necessita ampliar ainda mais sua escuta histórica. O sofrimento que comparece hoje frequentemente se constitui em atravessamentos digitais, na violência simbólica das redes, na circulação massiva de imagens de sucesso, fracasso, exclusão ou catástrofe.

A literatura, as narrativas digitais e os discursos históricos do presente configuram-se como materiais fundamentais para uma clínica comprometida com a compreensão do sofrimento em sua espessura contemporânea. Feijoo oferece contribuição decisiva a essa ampliação ao sustentar que a prática clínica requer abertura aos modos

de linguagem por meio dos quais cada época expressa suas experiências, tensões e formas de existência. Sua reflexão orienta o clínico para o reconhecimento de que toda experiência humana se articula em mundos historicamente constituídos, atravessados por discursos, sensibilidades e condições de inteligibilidade que participam ativamente da maneira como o sofrimento aparece, se narra e busca expressão.

Desse modo, história, literatura e fenomenologia não aparecem como campos paralelos, mas como dimensões convergentes de um mesmo esforço: compreender a existência humana para além de reduções causalistas. A história oferece consciência das condições de emergência; a literatura preserva e dramatiza a espessura vivida dessas condições; a clínica fenomenológico-existencial sustenta a escuta singular de como tais atravessamentos se encarnam em uma vida concreta. Em uma época marcada por transformações tecnológicas aceleradas, precarização simbólica e novas formas de sofrimento silencioso, essa articulação torna-se particularmente relevante. Ela permite que a clínica permaneça fiel à complexidade do humano, recusando tanto a abstração diagnóstica quanto a superficialidade de leituras descontextualizadas, sustentando, em contrapartida, uma escuta historicamente lúcida, hermeneuticamente ampliada e existencialmente rigorosa.

Conclusão

A travessia realizada por este artigo permite sustentar uma exigência decisiva para o pensamento contemporâneo sobre o sofrimento humano: compreender a existência implica reconhecer que nenhuma experiência comparece fora das configurações históricas, narrativas e simbólicas que tornam possível sua aparição. A crítica da evidência, inaugurada pela inflexão historiográfica que deslocou o olhar da factualidade aparente para as condições históricas de inteligibilidade, não permanece circunscrita ao campo da história; ela repercute diretamente sobre o modo como se pode pensar, escutar e cuidar da dor humana no presente. Quando o sofrimento deixa de ser concebido como dado isolado ou abstração universal, torna-se possível recolocá-lo em sua densidade própria: expressão singular de uma existência atravessada por mundos históricos.

Esse deslocamento possui consequências fundamentais para a clínica. Escutar o sofrimento, sob perspectiva fenomenológico-existencial, exige mais do que habilidade técnica ou domínio conceitual; requer sensibilidade para perceber de que modo uma época produz linguagens, silêncios, ideais, violências e expectativas que participam da constituição das formas de padecimento. A clínica, nesse horizonte, não se limita a decifrar sintomas, mas se converte em espaço de abertura para a historicidade encarnada de cada existente. Isso implica reconhecer que o sofrimento contemporâneo emerge em um cenário profundamente marcado por transformações tecnológicas, pela circulação massiva de discursos, pela aceleração temporal e por regimes inéditos de visibilidade, nos quais o sujeito frequentemente se vê convocado a existir sob

permanente exposição, comparação e desempenho. O mundo digital não constitui mero pano de fundo, mas participa ativamente da produção de novas vulnerabilidades, redefinindo modos de pertencimento, reconhecimento e desamparo.

A relevância da interlocução entre história, literatura e clínica torna-se, nesse contexto, ainda mais decisiva. A história fornece instrumentos para interrogar criticamente aquilo que uma época naturaliza; a literatura preserva a espessura sensível da experiência humana em suas tonalidades muitas vezes inapreensíveis por discursos objetivantes; a clínica fenomenológico-existencial sustenta a escuta singular do modo como esses atravessamentos se corporificam em vidas concretas. Não se trata de dissolver fronteiras disciplinares, mas de reconhecer que o humano exige abordagens capazes de responder à sua complexidade sem reduzi-lo à abstração diagnóstica, ao moralismo ou à pura causalidade.

Nessa direção, a contribuição de Ana Maria Feijoo mostra-se particularmente fecunda ao insistir que o fazer clínico precisa preservar abertura rigorosa ao aparecer da existência, recusando reduções que obscureçam a singularidade histórica do sofrimento. Sua reflexão recoloca o clínico diante de uma tarefa ética e epistemológica incontornável: sustentar uma escuta capaz de compreender o existente não apenas em sua dor manifesta, mas nos horizontes de mundo que tornam essa dor possível, nomeável ou silenciosa.

Em um tempo no qual crises subjetivas se entrelaçam a transformações culturais, tecnológicas e simbólicas de grande intensidade, a formação clínica encontra na história e na literatura campos decisivos para o aprofundamento de sua capacidade compreensiva. Ler historicamente as formas de sofrimento e aproximar-se das narrativas literárias que preservam a espessura sensível da experiência humana amplia o horizonte do psicólogo diante das múltiplas maneiras pelas quais dor, desamparo, angústia e ruptura se expressam em diferentes épocas e contextos. A história oferece instrumentos para reconhecer que cada sofrimento emerge em condições históricas específicas, enquanto a literatura revela tonalidades existenciais, conflitos e modos de padecimento frequentemente inapreensíveis por linguagens exclusivamente técnicas ou diagnósticas. Para a clínica, essa interlocução favorece uma escuta mais rigorosa das formas pelas quais o humano se constitui, se narra e sofre em seu tempo. O fazer clínico adquire maior densidade quando o psicólogo expande sua formação para além de categorias técnicas estritas, incorporando sensibilidade histórica e literária como recursos fundamentais para compreender a complexidade da existência. Nesse sentido, a leitura da história e da literatura assume lugar formativo essencial para uma prática clínica mais lúcida, crítica e sensível, capaz de acolher o sofrimento humano em suas múltiplas formas de aparecimento e de sustentar um cuidado comprometido com a complexidade histórica, simbólica e existencial de cada vida.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.
- FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. *Clínica fenomenológico-existencial*. Rio de Janeiro: IFEN, 2011.
- FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. *Escuta e fala em psicoterapia: uma proposta fenomenológico-existencial*. Rio de Janeiro: IFEN, 2017.
- FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. *Existência para além do sujeito: a crise da subjetividade moderna e suas ressonâncias clínicas*. Rio de Janeiro: IFEN, 2019.
- FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. *Suicídio e luto: perspectivas fenomenológico-existenciais*. Rio de Janeiro: IFEN, 2021.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MINOIS, Georges. *História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*. São Paulo: UNESP, 1999.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (Tomo I). Campinas: Papirus, 1994.

RANKE, Leopold von. *Histórias dos povos latinos e germânicos de 1494 a 1514*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

Currículo

Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Estácio de Sá, graduando em Psicologia pela mesma instituição e pós-graduando em Clínica Fenomenológico-Existencial pelo Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial (IFEN). Desenvolve investigações sobre sofrimento psíquico, fenomenologia hermenêutica, historicidade, suicídio, ontologia fundamental e clínica existencial, com ênfase nas formas silenciosas de sofrimento na contemporaneidade.

Correo de contacto: eduardoltexeira@gmail.com

Fecha de presentación: 20/12/2025

Fecha de aceptación: 16/3/2026